



ACÓRDÃO Nº 251/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10734/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Iranduba.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Francisco Elaine Monteiro da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Iranduba.

6- Unidade Técnica: DICREA – Relatório Conclusivo nº 06/2015 (fls. 738/756)

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3884/2015-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 762/764)

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Iranduba. Exercício 2014.

Contas Irregulares. Determinação à origem. Multa. Prazo. Envio de autos à DICREX.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta do voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Iranduba, sob a responsabilidade do Sr. **Francisco Elaine Monteiro da Silva**, ordenador de despesas da Câmara Municipal, exercício de 2014, nos termos do inciso II do art. 1º, inciso II do art. 19 e alínea “b” do inciso III do art. 22, da Lei nº 2.423/96;

9.2- Determinar à origem, para que cumpra rigorosamente o que segue, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM;

- Adotar providências com vista a equacionar a situação de acúmulo de cargos públicos, a qual já fora apontada nos dois exercícios que antecederam ao de 2014 e até a presente data permanece insolúvel, conforme se extrai da irregularidade 2.3 do item 2 do Relatório/Proposta de Voto;
- Adotar providências para o correto preenchimento do Sistema GEFIS e para os documentos que compõem a Prestação de Contas Anuais, nos termos da Res. TCE n.º 06/2009, bem como da Res. TCE n.º 15/2013 com as alterações promovidas pela Res. TCE n.º 24/2013, sob pena de, em caso de reincidência, incorrer na multa do art. 308, IV, “b” da Res. TCE n.º 04/2002, qual seja, reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal (irregularidade 3.1 e 3.2 do item 3 do Relatório/Proposta de Voto);



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 251/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- Adotar providências para a atualização do Portal de Transparência existente e dar cumprimento ao que determinam os arts. 48 e 48-A da Lei Complementar n.º 101/2000 com a redação dada pela Lei n.º 131/2009 a fim de permitir maior controle social e por parte do Tribunal de Contas /AM (irregularidade 3.3 do item 3 do Relatório/Proposta de Voto);
- Determinar que a Câmara Municipal mantenha os Relatórios de Gestão Fiscal e seus Anexos, nos termos dos arts. 54 e 55, I, II e III da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000) devidamente publicados e assinados disponíveis à Comissão de Inspeção na ocasião das inspeções ordinárias do Tribunal de Contas quando foram solicitados, sob pena de incorrer na multa descrita no art. 308, I, “b” (sonegação de processo ou documento, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal) ou IV, “b”, (reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal), ambas da Res. TCE n.º 04/2002 (irregularidade 3.6 e 3.7 do item 3 do Relatório/Proposta de Voto);

9.3- Aplicar multa ao Sr. Francisco Elaine Monteiro da Silva, ordenador de despesas da Câmara Municipal, exercício de 2014:

- No valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução nº 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades nº 2.1, 2.2, 2.5, 3.3, 3.4 e 3.5 do Relatório/Proposta de Voto);
- No valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do inciso III do art. 54 da Lei nº 2.423/96 c/c o inciso V do art. 308 da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, em decorrência de ato antieconômico injustificado, (irregularidades nº 2.4 do Relatório/Proposta de Voto);
- No valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do inciso VII do art. 54 da Lei nº 2.423/96 c/c inciso IV, alínea “b” do art. 308 da Resolução nº 04/2002- TCE/AM, em decorrência de reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal, (irregularidade 2.3 do Relatório/Proposta de Voto);

9.4- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Fazenda Estadual do valor das multas impostas, com comprovação perante este Tribunal dos valores recolhidos, tudo em conformidade com a alínea “a” do inciso III do art. 72 da Lei 2.423/96, c/c o §4º do art. 174 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM), corrigido monetariamente, caso o recolhimento ocorra fora do prazo determinado (art. 55 da Lei 2.423/96);

9.5- Remeter os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 23 de março de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 251/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Sr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição